

Brasília-DF, 17 de maio de 2010.

## **Ministro do STJ suspende parcialmente a greve no MTE**

### **Trapalhada do STJ produz decisão pela suspensão parcial da greve dos servidores do Ministério do Trabalho.**

Quando o Ministro Mauro Campbell, como já afirmamos antes, concedeu Liminar suspendo os descontos dos dias de greve dos servidores do Ministério do Trabalho, o governo ficou furioso: “onde já se viu conceder Liminar para servidores?” Pois é, o Ministro Mauro Campbell foi obrigado a suspender a sua decisão e reencaminhar o processo para a Primeira Turma do STJ, onde o Ministro Relator é Hamilton Carvalhido, o mesmo que já havia negado Liminar aos servidores do IBAMA e votado pela ilegalidade da greve. E a decisão do Ministro Carvalhido foi a de que a greve é parcialmente abusiva, tendo os servidores do MTE que retornar ao trabalho, em percentual de 50% para confecção de Carteira de Trabalho e recursos do Seguro Desemprego, sob pena de multa diária de 50 mil reais. Mas como o governo havia dito que nem 5% dos servidores estavam em greve esse percentual já está mais do que garantido. Ou não? Ou o governo estava apenas mentindo para a imprensa que a greve no MTE era fraca e sem significância?

O fato é grave, a decisão do Ministro Carvalhido deve ser motivo de Agravo Regimental o mais urgente possível junto à Primeira Seção para que se prove a necessidade de greve quando o governo, em mais de um ano não conseguiu elaborar um plano de carreira para estes servidores. Junto ao STJ a alegação do governo é a de que os acordos assinados em 2008 estão em plena validade e com cumprimento total por parte do governo. Os servidores do MTE estão em situação difícil, a greve é justa, eles estão com a razão, mas a justiça deste país nem sempre faz justiça, como neste caso. Para a grande maioria da sociedade a justiça brasileira é considerada “oficial”, um “braço” do Estado. Ou seja, quase sempre pende para o lado governo. Pelo lado político, a pesquisa Vox Populi traz Dilma a frente de Serra, um jato de água fria nos servidores que, com Serra na frente, poderiam sonhar com uma mãozinha do governo às vésperas das eleições. Para o STJ, a diferença entre as greves é que a multa do IBAMA vale o dobro da multa do MTE. Planejamento e AGU comemoram as decisões do STJ. Blog do Fagundes

## **Serviços essenciais prestados pelo Ministério do Trabalho devem ser retomados**

Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, em greve desde o dia 6 de abril, deverão retomar a prestação de serviços essenciais, sob pena de multa às entidades organizadoras da paralisação. A decisão liminar é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido. Entre os serviços essenciais, o ministro citou o pagamento de seguro-desemprego e a expedição de Carteira de Trabalho. A decisão afirma que deve ser assegurada a continuidade da prestação destes serviços públicos, sendo para tanto necessário o retorno ao trabalho de no mínimo 50% dos servidores, em cada localidade.

As entidades sindicais têm prazo de 24 horas a contar do primeiro dia útil após a comunicação da decisão para a retomada da prestação dos serviços. Caso não cumpram a decisão judicial, será cobrada multa diária de R\$ 50 mil às entidades.

O ministro Carvalhido ainda destacou que, quanto à suspensão do movimento, não há como identificar a ilegalidade, em análise liminar, já que a questão posta implica em verificar o descumprimento ou não de deveres assumidos por parte dos servidores públicos, em face de acordo assinado em 25 de março de 2008. A análise deste ponto será encaminhada pelo ministro Carvalhido para julgamento na Primeira Seção.

O julgamento da greve chegou ao STJ por meio de uma ação declaratória ajuizada pela União, na qual pede que seja reconhecida a ilegalidade e a abusividade da paralisação, ou alternativamente, a fixação de percentual mínimo dos servidores mantidos em atividade.

A União alega que a paralisação vem afetando atividades essenciais, sem qualquer registro de manutenção do percentual mínimo de servidores no exercício de tais atividades, em violação aos princípios da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação do serviço. NOTÍCIAS DO STJ

### **STJ suspende parte da greve dos servidores do Ministério do Trabalho**

Serviços considerados essenciais terão que ser retomados. Trabalhadores estão em greve desde o dia 6 de abril. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Hamilton Carvalhido, suspendeu nesta- sexta-feira (14) a greve dos servidores do Ministério do Trabalho

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Hamilton Carvalhido, suspendeu nesta- sexta-feira (14) a greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego apenas para serviços considerados essenciais. A paralisação começou no dia 6 de abril.

A decisão liminar determina que 50% dos servidores que atuam na emissão de carteira de trabalho e na concessão de seguro-desemprego devem voltar ao trabalho. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) têm 24 horas para cumprir a determinação, a partir da notificação oficial. Caso isso não ocorra, poderão ser multadas em R\$ 50 mil por dia.

A União entrou com uma ação na justiça questionando a greve e pedindo o reconhecimento de que a paralisação seria abusiva. O ministro afirmou que não há como identificar a ilegalidade da greve, porque é preciso verificar o descumprimento ou não de deveres dos servidores.

Os servidores podem recorrer da decisão do STJ. A assessoria do CONDSEF informou ao G1 que assembleias serão realizadas pela categoria para decidir os rumos da paralisação

#### **Paradigma**

Na quarta-feira (12), a 1ª Seção do STJ considerou que não é abusiva a greve dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBIO) mas determinou que os serviços de fiscalização e licenciamento voltassem a funcionar.

O advogado-geral da União, Luís Adams, afirmou na quinta-feira (13) que a decisão do STJ é uma vitória para o governo. Segundo ele, a determinação serve de base para garantir serviços fundamentais em greves de órgãos públicos. “É um paradigma que vale para todo o mundo e é importante porque diz que os serviços essenciais não podem parar. A sociedade não pode ser prejudicada por greves”, afirmou Adams.

Ele garantiu que o objetivo não é evitar as greves, mas deixar claro que o limite das paralisações é diferente nos setores público e privado. Por lei, nas empresas privadas, os trabalhadores grevistas devem manter 30% dos serviços funcionando.

#### **Lula**

No início da semana, o presidente Lula reuniu mais de dez ministros do governo e dirigentes de órgãos públicos para pedir que eles endureçam com servidores em greves.

Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, Lula afirmou que não haverá reajuste salarial neste ano e pediu que os ministros controlem o tempo de duração das greves e descontem os dias parados dos funcionários. G1/Globo.com

### **STJ manda servidores do Ministério do Trabalho a por fim em greve**

#### **Determinação foi do ministro Hamilton Carvalhido**

O ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou nesta sexta-feira (14) aos servidores do Ministério do Trabalho, que estão em greve desde 6 de abril, que retomem a prestação dos serviços essenciais, como o pagamento do seguro-desemprego e a expedição da carteira de trabalho. Pela decisão do ministro, pelo menos 50% dos servidores devem retornar ao trabalho.

Foi dado um prazo de 24 horas a partir do primeiro dia após a comunicação da decisão para que os serviços sejam retomados. Se a decisão for descumprida, será cobrada multa diária de R\$ 50 mil às entidades sindicais

Carvalhido decidiu em cima de um pedido de liminar feito pela União. No mérito, a União pede que seja reconhecida a ilegalidade e o abuso da greve sob a alegação de que o movimento tem afetado atividades essenciais, sem registro de manutenção de percentual mínimo de servidores. Agência Estado

### **Limitar ou eliminar a greve do funcionalismo?**

Uma nova parceria está surgindo no âmbito federal, a da AGU – Advocacia-Geral da União com o STJ – Superior Tribunal de Justiça, mas não é uma parceria completa, é parcial mesmo, só vale para criminalizar a greve do funcionalismo federal, como já ocorre na maioria dos estados em julgamentos de greves de servidores estaduais e municipais, com a parceria entre os tribunais de justiça e as procuradorias estaduais. Vale tudo para proibir e coibir as greves. Às vezes, como ocorreu no julgamento da greve no IBAMA, a parceria se desalinha um pouco, pois alguns ministros ainda votaram parcialmente, é claro, a favor da greve, desde que em setores insignificantes, desses que o governo possa ignorar por décadas. Mesmo que informais, parcerias desse tipo são uma afronta ao Estado Democrático de Direito, mas como a OAB silencia, vai se reclamar a quem?

Até a decisão do STF - Supremo Tribunal Federal considerando obrigação do governo conceder reajustes ao funcionalismo foi inócua, pois não obriga nada, principalmente a quem lhe paga salários e mordomias. Mas afinal, esse governo do Partido dos trabalhadores quer limitar ou eliminar a greve no funcionalismo? Pelo visto até agora, corroborado pelas atitudes da nova eminência nacional, o Senhor Doutor Luís Adams, mestre supremo da AGU, “servidor que faz greve comete um atentado à democracia”. Cabe uma indagação: e governo que permite mensalões, caixas 2 e corrupção desenfreada, não afronta muito mais a democracia cometendo impunemente crimes de lesa-pátria? Info DF

### **Epa! Para o PT, greve boa é só aquela contra os adversários!!!**

Greve boa de funcionalismo, para o PT, é só aquela que estoura no terreno alheio. Vocês devem se lembrar, por exemplo, da “querida Bebel”, para usar o tratamento que Dilma Rousseff dispensou à presidente da Apeoesp, que promovia uma greve política de alguns professores em São Paulo. A VEJA desta semana traz uma reportagem de Gustavo Ribeiro e Otávio Cabral sobre a decisão do governo de endurecer o discurso com os grevistas do funcionalismo federal e com... o MST!!! Por quê? Segue um trecho: (...) “Pode soar estranho que o governo decida promover um pacote de maldades para servidores públicos e sem-terra exatamente em um ano eleitoral. Por mais contraditório que pareça, contudo, isso só está acontecendo exatamente porque é um ano eleitoral. O governo avalia que uma onda de greves agora seria devastadora para as pretensões presidenciais da ex-ministra Dilma Rousseff. Acredita que os servidores públicos receberam tudo o que queriam e, mesmo com o arrocho na reta final, continuarão aliados fiéis do PT e de sua candidatura. O discurso de acabar com o direito de greve tem por objetivo a intimidação. Com os sem-terra, o problema é mais delicado. O MST goza de terrível reputação em lugares onde Dilma Rousseff precisa muito angariar votos. Manter agora uma aparente distância do movimento é no mínimo prudente. Blog do Ricardo Azevedo – veja

### **O advogado-geral Luís Adams diz que “greve de servidor é crime”**

#### **Ele acha greve de servidores um atentado à democracia**

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, classifica a greve de servidores públicos como um atentado à democracia - e defende mudanças na lei que permite paralisações no funcionalismo.

Blog do Ricardo Azevedo – veja

#### **Há uma série de ameaças de greve de funcionários públicos de setores essenciais. Isso assusta o governo?**

Estamos preocupados. É hora de discutir uma regulação melhor para distinguir o direito de greve do setor privado do direito de greve do serviço público. No serviço público, a greve não é feita contra o patrão, é feita contra a sociedade. É um atentado descarado contra a democracia. Essa característica não permite que os dois setores tenham a mesma legislação sobre greve.

#### **Como regular isso?**

O Judiciário deu um primeiro sinal ao derrubar a jurisprudência de que era preciso manter o atendimento de apenas 30% nos serviços em greve. Isso pode valer para o serviço privado, jamais para o serviço público. Serviços essenciais têm de funcionar integralmente sempre. Greve no serviço público tem de ser muito restrita. Agora isso vai mudar.

Mas no governo Lula, que já está no oitavo ano, pouco foi feito nessa direção.

Estou no cargo há pouco mais de seis meses, não posso falar de todo o governo. Há um anteprojeto de lei para regulamentar o direito de greve do servidor. O governo tem cortado o ponto dos servidores grevistas e a AGU vem participando de negociações sobre essas ameaças de greve. Mas há uma característica muito complicada, que são os limites dos direitos da burocracia do estado. A Constituição foi muito pródiga em direitos para essa burocracia, com irredutibilidade salarial, prerrogativas de movimentação, estabilidade, direito de greve.

## **O senhor acha que os direitos dos servidores travam o serviço público?**

Às vezes, o excesso de direitos da burocracia inviabiliza a governança. A burocracia de estado é boa tecnicamente, vem evoluindo, mas precisa se afinar mais com os princípios de governança. O direito a esses benefícios não pode ser usado para inviabilizar o estado. A burocracia cria pequenos totalitarismos no governo. Há servidores que não cumprem leis e não são punidos. Isso não pode existir, a lei deve ser cumprida por todos. É outro atentado à democracia.

Mas, ainda assim, a máquina pública continua crescendo no governo petista. Não quero acabar com a burocracia, com o funcionalismo público, mas qualificá-la. O que há muitas vezes é a politização da atividade burocrática, o que é danoso. O funcionário pode não gostar pessoalmente daquele governo, mas tem obrigação, como servidor, de servi-lo. Eu sempre votei no presidente Lula, desde 1989. Mas quando fui agente público na administração FHC eu a defendi da mesma maneira que defendo hoje o governo. Defendi as privatizações, defendi o Sivam, defendi o governo nas questões de greve, fui assessor do Gilmar Mendes... O que a gente precisa é de um funcionalismo que seja responsável, que sirva ao país independentemente do partido que esteja no governo.

## **Dia nacional do coice ao servidor**

O ministro do Planejamento Paulo Bernardo anda com a língua pra lá de afiada. No dia 13, ao jornal O Estado de S.Paulo, PB mandou ver no funcionalismo.

Sobre o vale-tudo de fim de governo, quando todo mundo parece querer tirar uma lasquinha, Bernardo disse:

"Estamos num período em que aparentemente a antevisão do fim do governo levou esse pessoal a se antecipar. Essas mobilizações por salário, esse posicionamento do Congresso, a pressão dos aposentados, tudo isso tem uma visão assim: "Vai acabar o governo Lula e se não conseguirmos agora não conseguiremos mais". Não temos condições de atender, nem de longe todas essas coisas". Sobre os aumentos acertados desde 2008 e concedidos a conta-gotas, reforçou: "Nenhuma categoria teve reajustes salariais igual à inflação. Todos foram maiores. Se houver greve, a orientação é anotar a frequência, descontar os dias parados e ir aos tribunais para que as greves sejam decretadas ilegais".

"Se a crise tivesse ocorrido três meses antes (do agravamento da crise internacional), não teríamos fechado aqueles acordos de jeito nenhum".

E sobre os sindicatos, emendou:

"O PT sempre teve excelente diálogo com os sindicatos. Continuamos mantendo. Mas até em nome da nossa boa relação acho importante falar claramente: não vamos dar reajustes salariais, não temos previsão orçamentária. Se acham que a solução é fazer greve, façam. Mas vamos entrar com as mesmas medidas cabíveis para resolver o problema". BLOG DO SERVIDOR

## **Serra critica loteamento de cargos na Saúde e diz que "Funasa foi destruída, ficou no chão"**

Na primeira visita ao Rio como pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra atacou o que considera loteamento de cargos no governo, em especial na área da saúde e nas agências reguladoras. O tucano prometeu que, se eleito, fará "de cara" a reforma administrativa e garantiu que vai reduzir cargos comissionados (sem concurso público).

Ex-ministro da Saúde, Serra citou o exemplo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para atacar o aparelhamento do governo Lula. "A Funasa foi destruída, ficou no chão", afirmou, em entrevista ao programa de Francisco Barbosa, da Rádio Tupi. Durante almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro, voltou ao assunto e disse que, no atual governo, as agências reguladoras "foram pervertidas porque foram loteadas politicamente".

Sobre a reforma tributária, o tucano disse que, "infelizmente este governo não fez, o anterior também não". Ele acrescentou: "Ninguém fala contra, mas cada um tem uma ideia. O projeto do governo ficou pior ainda. Virou uma sopa de pedra, cada setor queria pôr uma pedrinha."

Em meio a negociações do PSDB com partidos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que têm cargos no governo, como PTB e PP, Serra avisou que não aceitará indicações de políticos. "Estou aberto a alianças, mas o pessoal sabe o que penso. Nunca aceitei indicação. Quando um deputado ou senador me dizia que tinha um nome, eu respondia: então, não me fala, porque não será nomeado."

Serra deu entrevistas a duas rádios populares e à emissora de TV católica Rede Vida, além de falar durante uma hora e meia para empresários na Associação Comercial. O tucano voltou a dizer que, se

eleito, será o “presidente da produção” e fez promessas na área de segurança e educação, como a criação de um braço fardado da Polícia Federal, para atuar nas fronteiras e reprimir o tráfico de armas e drogas. Veja

### **Governo já mapeou R\$ 6 bilhões que podem sofrer cortes**

A equipe econômica ainda não definiu em quais ministérios e programas vai fazer o corte orçamentário adicional de R\$ 10 bilhões anunciado anteontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Até agora, segundo apurou a reportagem, os técnicos mapearam cerca de R\$ 6 bilhões de custeio que podem vir a ser cortados. Apesar de o ministro Mantega ter garantido ontem, em nota oficial, em resposta ao candidato tucano José Serra, que os cortes são "para valer" e o governo vai continuar a cumprir a meta do superávit primário (3,3% do PIB), no Ministério do Planejamento nada deve ser definido antes de quinta-feira, quando o governo tem de apresentar o Relatório de Avaliação Fiscal. E, depois disso, o Planejamento ainda terá mais dez dias, até o dia 30, para fechar o Decreto de Programação Financeira.

O corte de R\$ 10 bilhões foi anunciado na quinta-feira, menos de dois meses depois de o governo ter contingenciado outros R\$ 21,8 bilhões nas despesas do Orçamento deste ano. Pelo primeiro mapeamento dos técnicos da equipe econômica, são candidatas preferenciais aos cortes as despesas com publicidade, informática, consultorias e obras e compras que estejam enfrentando problemas nas licitações ou com projetos atrasados.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), até aqui apontado como inatingível pelos cortes, também poderá contribuir com o ajuste. Isso porque é bastante provável que o governo não consiga cumprir a previsão de gastos, que foram elevados dos R\$ 29,8 bilhões estabelecidos na lei orçamentária para R\$ 33,5 bilhões para este ano.

A falta de pressa revelada ontem pelo governo deve-se ao fato, também, de que o governo está monitorando o comportamento da receita. No primeiro trimestre, a receita do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentou um aumento de 15,8% em comparação ao mesmo período do ano passado. Nos três primeiros meses de 2009, a arrecadação do governo central caiu 1,9%, por causa do forte impacto da desaceleração da atividade econômica na arrecadação.

Agora, mesmo com a aceleração do crescimento, a arrecadação - um dos últimos indicadores econômicos a apresentar sinais da retomada - ganhou fôlego, com impacto maior sobretudo nos tributos que incidem no faturamento, como a Cofins/PIS. Também houve aumento do recolhimento de royalties de petróleo e de dividendos pagos por empresas estatais.

Mesmo com a receita em alta, o governo acabou tendo um resultado pior nas contas por causa do aumento das despesas, que cresceram 19,3% no primeiro trimestre. Foi esse resultado ruim, diante de um cenário de melhora de arrecadação, que ampliou a desconfiança do mercado sobre o comportamento fiscal do governo, levando a anunciar o corte adicional de R\$ 10 bilhões. AGÊNCIA ESTADO

### **Telhado de vidro: Supremo suspende segredo de Justiça em processo contra ministro do STJ**

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu o segredo de Justiça do inquérito que investiga o ministro Paulo Medina, afastado do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e acusado de participar de um esquema de venda de sentenças para beneficiar a máfia dos bingos no Rio de Janeiro.

O ministro já é réu pelos crimes de corrupção passiva e prevaricação (uso de cargo público para a obtenção de vantagens), mas apesar de a denúncia ter sido recebida pela Corte em novembro de 2008, o inquérito ainda não foi autuado como ação penal.

O inquérito estava sob a relatoria do ministro Cezar Peluso, mas com sua posse na presidência do Supremo, o caso passou a ser relatado pelo ministro Gilmar Mendes. O ex-presidente do STF, no entanto, manteve o sigilo dos elementos constantes dos autos - entre eles diversos grampos e escutas -, que ficarão disponíveis somente para o acesso das partes.

Paulo Medina não é o único envolvido no esquema que teria beneficiado donos de máquinas caça-níqueis, desmantelado em 2007 na operação Furacão da Polícia Federal.

O Supremo recebeu a denúncia da PGR (Procuradoria Geral da República) e abriu ação penal contra o desembargadores José Eduardo Carreira Alvim, ex-vice-presidente do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), o juiz Ernesto da Luz Pinto Dória, do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região (Campinas), o procurador regional da República do Rio de Janeiro João Sérgio Leal Pereira e o advogado Virgílio Medina, irmão do ministro do STJ.

O desembargador José Ricardo de Siqueira Regueira, também denunciado no caso, morreu em julho de 2008 e teve sua denúncia extinta.

Os magistrados foram afastados e, durante o processo, não poderão exercer atividade jurisdicional. Segundo a denúncia, Paulo Medina pediu, através de seu irmão Virgílio, R\$ 1 milhão para liberar máquinas caça-níquel que haviam sido apreendidas pela PF no Rio. A defesa do ministro nega as acusações.

Durante as investigações, foram feitas diversas interceptações telefônicas, autorizadas pela Justiça — a operação totalizou mais de 40 mil horas de gravações, sendo que alguns telefones foram grampeados por mais de um ano. Medina foi grampeado durante sete meses.

No Supremo

Foram dois dias para decidir se a Corte deveria levar, pela primeira vez, um ministro do STJ ao banco dos réus. Por causa do sigilo do processo, agora suspenso, a sessão de julgamento seria secreta. No entanto, a decisão foi revertida.

No início da sessão foram analisadas questões preliminares, como o pedido, negado, de retirada do ministro Cezar Peluso da relatoria do caso. Além disso, também foi negado o pedido para que as interceptações telefônicas fossem anuladas por terem se estendido além do prazo legal. A Corte também negou o pedido de prisão preventiva feito pela PGR.

Ao final, a maioria dos ministros seguiu o entendimento do relator do caso, que entendeu existirem provas suficientes para a abertura da ação penal por prevaricação e corrupção passiva contra Medina. O único a discordar foi Marco Aurélio, que disse que era preciso defender “o homem, o pai de família, o amigo Paulo Medina”.

A pena prevista no Código Penal para corrupção passiva é de reclusão de dois a 12 anos e multa e pode ser aumentada em um terço se o denunciado retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício, ou se o praticar infringindo dever funcional. Já para o crime de prevaricação a pena é detenção de três meses a um ano e multa.

O desembargador Carreira Alvim responde pelos crimes de corrupção passiva e formação de quadrilha. O juiz do Trabalho Ernesto Pinto Dória também responde por formação de quadrilha.

O Supremo recebeu a denúncia no dia 26 de novembro de 2008. Mas foi só um ano e quatro meses depois, em 26 de março de 2010, que o acórdão do julgamento foi publicado no Diário de Justiça. ÚLTIMA INSTÂNCIA - UOL

## **GREVISTAS NÃO QUEREM ACEITAR PROPOSTA QUE ATENDA APENAS A UMA PARTE DA CATEGORIA**

No placar da votação, os ministros Eliana Calmon, Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell votaram a favor do pleito dos servidores. Já os ministros Luiz Fux e Hamilton Carvalhido, votaram junto com o ministro Benedito Gonçalves, que no dia 30 de abril, expediu liminar considerando ilegal a greve do setor. O governo não cogita o aumento salarial da categoria, mas garante que está aberto à negociação das carreiras. No entanto, segundo Jonas Côrrea, a proposta apresentada até agora pelo Ministério do Planejamento foi “rechaçada” pela assembleia. “É um rebaixamento do que a gente tem hoje. Não podemos aceitar uma proposta que só atenda a uma parte dos servidores”, disse. Para evitar a paralisação nacional, os servidores do Inca, por exemplo, buscam a garantia do governo em negociar tratamento isonômico, ajustes entre as carreiras e uma proposta concreta. A SRH do Mpog informou que o ambiente para negociar se torna propício. E que vai buscar apresentar proposta concreta para os servidores do Inca em reunião na próxima terça-feira.

## **SERVIDORES DA ÁREA AMBIENTAL ESTÃO EM COMPASSO DE ESPERA PARA RETORNAR AO TRABALHO**

O sentimento de indefinição tem tomado conta dos servidores da área ambiental, em greve desde o dia 7 de abril. É que eles ainda não definiram como será volta ao trabalho de funcionários ligados ao licenciamento e à fiscalização, determinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por 5 votos contra 3 os ministros decidiram que a greve não é ilegal ou abusiva, mas ordenaram o retorno de atividades essenciais. O presidente da Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Asibama), Jonas Corrêa, garante que os advogados dos servidores estão batendo ponto no STJ para entender a decisão judicial. “Não ficou claro se todos os servidores do licenciamento e da fiscalização terão que voltar ou se só um percentual. Se forem todos, entendemos que fere o direito de greve”, disse Corrêa. Após o esclarecimento, o comando de greve deverá realizar assembleia ainda hoje para discutir o retorno de parte dos servidores. Em todo o País, mais de quatro

mil servidores do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes e do Serviço Florestal Brasileiro aderiram à paralisação. A principal reivindicação é o cumprimento de um acordo feito com o governo em 2008. No acordo, os servidores receberam um reajuste que foi parcelado em três vezes – julho de 2008, de 2009 e de 2010, mas o governo não encaminhou a proposta de reestruturação da carreira ao Congresso Nacional.

## **SINDJUS DEFENDE O FIM DA CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS**

Representantes de sindicatos, associações e movimentos de servidores públicos pediram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 555/06, que extingue a cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos de aposentados e pensionistas do serviço público. Eles foram unânimes em afirmar, em audiência da comissão especial criada para analisar a PEC, que a taxação foi injusta e que é preciso corrigir o “erro” da reforma da Previdência. Instituído no fim de 2003, por meio da Emenda Constitucional 41, o desconto de 11% incide sobre a parcela da aposentadoria ou pensão que ultrapassa o teto previdenciário de R\$ 3.416. O coordenador-geral do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, cobrou a reparação do erro que é a taxação dos inativos. “O Congresso Nacional foi rápido para estabelecer essa contribuição equivocada, mas quatro anos ainda não foram suficientes para reparar essa injustiça. Está na hora de acabar com este desconto”, disse Policarpo. Ele defendeu que a PEC tenha efeitos retroativos e que os servidores recebam o que pagaram. O presidente da comissão especial, deputado Marçal Filho (foto) (PMDB-MS), afirmou que na quarta-feira, dia 19, os parlamentares deverão se reunir com o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, para coletar dados que subsidiem o parecer. COLUNA PONTO DO SERVIDOR - JORNAL DE BRASÍLIA

## **GIRO PELAS REVISTAS SEMANSAIS**

### **Isto É**

#### **De volta ao começo**

Em 1986, o jovem político Fernando Collor de Mello era eleito governador de Alagoas. Credenciado pelo bom desempenho à frente do governo do Estado, Collor, encarnando o personagem de caçador de marajás, foi eleito presidente da República em 1989, na primeira eleição direta depois da ditadura militar. Mas deixou o cargo em 1992 debaixo de denúncias de corrupção. Vinte e quatro anos depois, o ex- presidente, hoje aliado do governo Lula no Senado, tenta voltar ao ponto onde tudo começou. Na segunda-feira 10, confirmou sua candidatura ao governo de Alagoas pelo PTB. “Vou submeter meu nome”, disse. Mas, como tudo que envolve Collor desde o impeachment, o anúncio gerou polêmica. Além de embaralhar a disputa local, a decisão do ex-presidente rachou o palanque da pré-candidata do PT ao Planalto, Dilma Rousseff, em Alagoas.

#### **Serra pede apoio de padre Cícero**

Peregrinos de todos os cantos do País costumam visitar o túmulo de Padre Cícero Romão, em Juazeiro do Norte (CE), no sertão do Cariri, para pedir ajuda àquele que é considerado um santo milagreiro. O pré-candidato do PSDB à Presidência, ex-governador José Serra, cumprirá o mesmo ritual esta semana. Em baixa nas pesquisas de intenção de voto no Nordeste, o tucano apelará ao “Padim Ciço”, como é carinhosamente chamado pelos devotos, para conseguir pelo menos reduzir a ampla vantagem de Dilma Rousseff na região. A visita ao Ceará ocorrerá na segunda-feira 17, dando continuidade a uma série de eventos da campanha do PSDB no Nordeste. Nos últimos 30 dias, Serra já passou por Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco. Depois do Ceará, estão programadas viagens ao Piauí e à Paraíba. Na quinta-feira 13, durante uma nova visita ao Recife, Serra mostrou qual será o tom do périplo nordestino. “Individualmente fui o político que mais fez pelo Nordeste”, disse ele, durante entrevista à imprensa pernambucana.

#### **Eles querem o mesmo BC**

Durante os dois mandatos do presidente Lula, o Banco Central ganhou autonomia jamais vista na história do País. À frente da instituição, o goiano Henrique Meirelles foi premiado com status de ministro e habituou-se a entrar em confronto com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Preocupado, acima de tudo, em preservar os fundamentos sólidos da economia, sempre defendeu posição mais cautelosa e conservadora. Em sua gestão, de duração também inédita, as taxas de juros elevadas e as metas rígidas de inflação tornaram-se cláusulas pétreas da política econômica. O balanço foi positivo, mas muita gente do governo Lula diz que, por culpa de Meirelles, a economia brasileira cresceu menos do que deveria.

#### **O curinga de Dilma**

Na quinta-feira 20, o ex-ministro e deputado Antônio Palocci estará em Nova York ao lado da pré-candidata do PT ao Planalto, Dilma Rousseff, para prestigiar a entrega do prêmio de personalidade do

ano da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Desde abril, quando Dilma deixou a Casa Civil para se lançar candidata, esta cena tem se tornado comum. Palocci é visto com frequência ao lado de Dilma, de quem é hoje um dos principais conselheiros. Engana-se quem pensa que o ex-ministro serve apenas de ponte entre o empresariado e a petista. Ele forma com o presidente do PT, José Eduardo Dutra, e o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel o triunvirato responsável pelos rumos da campanha. A influência de Palocci é tanta que petistas próximos a Dilma, ouvidos por ISTOÉ, dão como certa sua volta ao ministério, no caso de triunfo nas urnas em outubro. “Palocci é um quadro de grande importância no PT e na política brasileira. É, sem dúvida, um dos responsáveis pelo sucesso do governo Lula. Por isso, é natural que exerça um papel importante na campanha ou mais adiante”, disse à ISTOÉ o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP).

### **Venceu a tática da teimosia**

Há 20 anos começava a era Dunga na Seleção. Coincidentemente, desde os anos 1990 o futebol brasileiro nunca mais foi o mesmo. Mas, é bom que se diga, de lá para cá bons resultados foram conquistados. Fomos campeões mundiais duas vezes, em 1994 e 2002, e vice em 1998. Jogadores talentosos continuaram brotando por aqui – Romário, Rivaldo, Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho escreveram seus nomes na história. Mas amargamos uma derrota que dói na alma de muitos torcedores e, até hoje, não tem título mundial que a faça ser esquecida: o fim do jeito brasileiro de jogar futebol. A convocação de Dunga para a Copa da África do Sul, divulgada na terça-feira 11, no Rio de Janeiro, reflete este fato.

### **A tropa está fora de controle?**

Sob a justificativa de conter a criminalidade, a polícia paulista mata cada vez mais. Relatos sobre abusos policiais e casos de inocentes assassinados por engano por PMs aumentaram de modo alarmante este ano, chocando a população e até as autoridades do Estado. Em 2009, a Polícia Militar matou 524 pessoas em supostos confrontos em São Paulo – 33,7% a mais do que em 2008. De janeiro a março de 2010, a letalidade saltou 40,8%, se comparada ao primeiro trimestre do ano passado. E apesar do banho de sangue não se verificou a alegada redução nos índices de criminalidade. Os delitos contra o patrimônio permanecem em níveis elevados e os homicídios, que vinham em queda desde o início da década, voltaram a crescer.

## **Veja**

### **Nas barbas da justiça**

Milhões de brasileiros assistiram na semana passada ao programa do PT. Durante dez minutos, foram apresentados detalhes da biografia da ex-ministra Dilma Rousseff, algumas de suas ideias e opiniões. Entremeadado com números sobre as realizações do governo Lula, o programa mostrou também o presidente narrando a emoção que sentiu no dia em que conheceu a ministra. “E um belo dia, em 2002, entra na minha sala uma mulher com um laptop na mão (...). Quando terminou a reunião, me veio na cabeça a certeza de que eu tinha encontrado a pessoa certa pro lugar certo.” Em uma daquelas inacreditáveis coincidências, minutos antes de o programa ir ao ar, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) colocou em julgamento uma reclamação contra outro programa do PT, exibido em dezembro, que teria usado o espaço para promover ilegalmente a candidatura de Dilma Rousseff. O resultado é que o partido perdeu o direito de veicular seu próximo programa nacional e terá de pagar multa de 20.000 reais. Dilma também foi multada em 5.000 reais. A sentença, no papel, foi dura. Mas seu efeito prático é um deboche. O anúncio da condenação, na noite de quinta-feira, ocorreu uma hora e meia depois de o partido exibir um novo programa que, não fosse a demora da decisão judicial, nem poderia ter ido ao ar. A Justiça tarda mas não falha, certo? Errado. A decisão só vai ter impacto no ano que vem, quando a eleição presidencial estará decidida. A Justiça Eleitoral tardou e falhou.

### **Melhor ficar longe deles**

O presidente Lula tem razão quando prega que movimentos sociais, como o MST, e categorias de trabalhadores, como o funcionalismo público federal, nunca tiveram tratamento tão privilegiado. Em sete anos de gestão petista, os sem-terra invadiram, depredaram e saquearam fazendas – sempre com o aval, o respaldo financeiro e a leniência das autoridades. No caso do funcionalismo público, o governo concedeu aumentos médios muito acima da inflação, contratou mais 153 mil funcionários e multiplicou os chamados cargos de confiança. Em alguns órgãos, como o Itamaraty, a Abin e a Polícia Federal, os aumentos superaram 200%. Para se ter uma ideia do que isso significa em termos de recursos, em 2002 gastavam-se 34 bilhões de reais para pagar os salários dos servidores da ativa. Hoje essa cifra ultrapassa os 55 bilhões. Bem tratados, sem-terra e funcionários públicos também

sempre se comportaram convenientemente em relação ao governo. Alguma coisa, porém, está mudando radicalmente essa relação.

Na semana passada, o presidente Lula se reuniu com todos os ministros e presidentes de empresas estatais. Depois, mandou um recado duro e bem distante do espírito negociador que ele, como ninguém, aprendeu nos muitos anos de sindicalismo: não haverá mais aumento para os servidores públicos neste ano. Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, entre 50 000 e 60 000 servidores estão em greve atualmente. Trabalhadores de órgãos como a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal também ameaçam cruzar os braços. Preocupado com a onda de greves que pode paralisar serviços essenciais, o governo diz que vai cortar o ponto de quem faltar e não descarta nem mesmo mudar a lei para proibir definitivamente as greves no serviço público, uma bandeira histórica defendida pelo PT no passado.

### **Uma pequena vitória**

Foi preciso uma lista popular com 1,6 milhão de assinaturas para os senhores parlamentares finalmente levantarem efusivamente os braços em comemoração a algo que favorece os brasileiros. Na terça-feira da semana passada, os deputados aprovaram o projeto conhecido como Ficha Limpa, que estabelece regras mais rígidas para os candidatos em busca de um cargo eletivo. Encaminhou-se de imediato a proposta ao Senado. "Não é um projeto prioritário para o governo", afirmou de pronto o senador Romero Jucá, freguês do Supremo Tribunal Federal, querendo dizer, na verdade, que, como líder da bancada dos não muito limpos, fará de tudo para impedir a aprovação da proposta. Apesar do tufão de sujeiras, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado votará o projeto nesta quarta-feira. Para virar lei, o Ficha Limpa ainda terá de sobreviver aos previsíveis ataques no plenário da Casa – e, por fim, ser sancionado pelo presidente Lula, que, embora adore um companheiro sujinho, se disse favorável à proposta. Espera-se que as novas regras possam valer já nestas eleições, mas há ministros do Supremo que defendem sua validade apenas para o pleito de 2012. Sabe-se somente que a dúvida chegará aos tribunais superiores. Em face dos limites do projeto e de tantas dificuldades que ele ainda vai enfrentar, resta a pergunta: há de fato o que comemorar? Sim, há motivos para celebrar. Pela primeira vez desde 1988, numa demonstração eloquente da consolidação dos valores democráticos no Brasil, a população mobilizou-se para forçar seus representantes a tomar uma atitude contra a corrupção endêmica do país. É o primeiro passo num caminho que, a depender da sociedade civil, levará à reforma do pútrido sistema político brasileiro. Diz o presidente da OAB, Ophir Cavalcante: "A população percebeu que tem força para demandar mudanças inadiáveis na nossa política". Não se pode esperar, porém, que o Ficha Limpa venha a curar males que vicejam há décadas no país – e que se sustentam na absoluta incapacidade do país em punir com eficiência quem comete crimes.

### **Tuminha dá um tempo**

Depois da revelação de que ele havia tentado comprar um videogame no mercado negro e visitara a China na companhia de um acusado de contrabando, o secretário nacional de Justiça e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, delegado Romeu Tuma Júnior, foi temporariamente afastado do cargo na semana passada. Ou, como ele preferiu anunciar, resolveu "tirar umas férias" do serviço. Desde o último dia 5, a situação de Tuma Júnior só piora. Primeiro, vieram as gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal em que ele aparece tentando cometer um dos crimes que é pago para combater (como o videogame Wii estava "muito caro na Europa", Tuminha expressava o desejo de adquiri-lo em versão contrabandeada). Depois, surgiram as fotos em que o secretário aparece em visita oficial à China ladeado por Li Kwok Kwen. O chinês conhecido como Paulo Li está preso desde o ano passado sob acusação de contrabandar, anualmente, pelo menos 12 milhões de reais em celulares baratos, aqui revendidos com etiquetas de marcas famosas.

### **Paraná entre os 13 estados que investem menos que o mínimo em Saúde**

Rio Grande do Sul foi o que ficou mais longe da meta

Redação Bem Paraná com informações da Folha de S Paulo

Balanço feito pelo Ministério da Saúde acerca dos investimentos estaduais no setor aponta que 13 Estados aplicaram em 2008 valores mais baixos que os determinados pela Constituição. Juntos, os governos deixaram de aplicar R\$ 3,1 bilhões em hospitais, remédios, exames, cirurgias e equipamentos médicos. A Constituição obriga os Estados a investirem no mínimo 12% de sua arrecadação própria em ações de saúde pública. Os governos estaduais negam irregularidades. As informações são do jornal Folha de S.Paulo.

Segundo o ministério, o Rio Grande do Sul foi o Estado que ficou mais longe da meta (aplicou 4,37% de sua arrecadação na saúde). Completam a lista Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Alagoas, Rio de

Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás. Em comparação, o Estado que mais investiu em saúde em 2008, Amazonas, aplicou 21,39% de sua arrecadação. Apesar do desrespeito à lei, os governadores não são punidos porque se valem da falta de regulamentação da emenda constitucional 29, que desde o ano 2000 determina os 12% para a saúde.

Contribuição: SINDPREVS-PR

FENASPS